



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 141133 - BA (2021/0004903-0)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
RECORRENTE : JOSE APARECIDO BATISTA DOS SANTOS (PRESO)
ADVOGADO : LEANDRO CERQUEIRA ROCHEDO - BA027472
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA
CORRÉU : RICARDO ANDRADE DO CARMO

DECISÃO

Cuida-se de recurso em *habeas corpus* com pedido de liminar interposto por JOSÉ APARECIDO BATISTA DOS SANTOS contra acórdão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA (HC n. 8029148-07.2020.8.05.0000).

O recorrente está preso preventivamente desde 28/12/2018, pelo cometimento, em tese, do crime tipificado no art. 121, § 2º, incisos I e IV, c/c art. 14, II, do Código Penal.

O recorrente sustenta que "verificado que o motivo que deu ensejo à soltura do corréu diverso do que já ocorria desde a denúncia e somente o atraso no processo devido à ausência de intimação do corréu da pronúncia e de sua transferência para o local do delito, onde apura-se os fatos, deve ser concedido o mesmo benefício ao Recorrente, porque se trata de circunstância de caráter objetivo, comum aos corréus, valendo, observar que o Recorrente está preso há muito mais tempo e não saiu do Estado." (fl. 103).

Requer, liminarmente e no mérito, a aplicação do art. 508, do Código de Processo Penal, substituindo a prisão preventiva por medidas cautelares diversas da prisão.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão, pois do voto do relator (fls. 79-93) se extrai:

"O juízo impetrado fundamentou a decisão demonstrando a necessidade da custódia do Paciente e a situação dispare entre os acusados, de forma que seu entendimento está embasado na jurisprudência pátria."

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 18 de janeiro de 2021.

JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência